



ORIENTE MÉDIO

Trump estuda opções de novo ataque ao Irã

Diante do impasse no Estreito de Ormuz, e com a oposição democrata pressionando por uma solução para a guerra, presidente dos EUA pede ao Pentágono alternativas militares para desbloquear a via marítima

Com as cotações do petróleo em nova escalada, e pressionado pela oposição democrata, o presidente Donald Trump aguardava ontem um informe do Comando Central (CentCom), que responde pela operações militares no Oriente Médio, sobre novas opções de ataque ao Irã. A guerra iniciada pelos Estados Unidos contra a República Islâmica, em 28 de fevereiro, completa hoje 60 dias desde que a ofensiva foi comunicada oficialmente ao Congresso. A Lei sobre Poderes de Guerra, aprovada depois do conflito no Vietnã, determina esse prazo para que a Casa Branca solicite formalmente ao Legislativo autorização para seguir com operações militares.

De acordo com o site Axios e a agência de notícias Reuters, o comandante do CentCom, o almirante Brad Cooper deveria oferecer ao presidente opções para “uma sequência breve e poderosa” de operações. O objetivo imediato seria romper o impasse militar no Estreito de Ormuz, que liga o Golfo Pérsico ao Mar de Omã e é via marítima incontornável para 20% do petróleo negociado nos mercados globais. Desde o início da guerra, o Irã mantém praticamente interdita a passagem de navios “inimigos”. Em resposta, Trump determinou há pouco mais de duas semanas o bloqueio naval aos portos iranianos, apostando em asfixiar a economia do adversário.

A consulta da Casa Branca ao CentCom coincide com uma nova disparada do petróleo, com o preço do barril cotado durante o dia em até US\$ 126 — o maior valor desde a eclosão da guerra na Ucrânia, em 2022. A alta reflete a insegurança dos investidores diante das declarações do presidente norte-americano sobre o bloqueio em Ormuz. Trump classificou a manobra como “genial” e acenou

com a sua manutenção “durante meses”, até que o regime de Teerã “peça socorro e diga que desiste”.

“Estreito de Trump”

Confiante no sucesso, o titular da Casa Branca chegou ontem a publicar, em sua conta na própria rede social, a Truth Social, um mapa no qual rebatiza a via marítima com o próprio nome: “Estreito de Trump”. Uma mensagem de e-mail que circulou no Departamento de Estado, e à qual a Reuters teve acesso, menciona uma articulação diplomática para formar, uma vez resolvida a guerra com o Irã, uma “Coalizão pela Liberdade Marítima”. Coordenado pelos EUA, o mecanismo reuniria outros países, em especial europeus, para manter o controle sobre a navegação pelo Golfo Pérsico e garantir a passagem segura de petroleiros e outros navios mercantes.

A resposta iraniana veio em uma nova declaração — escrita — atribuída ao novo líder supremo do regime islâmico. O aiatolá Mojtaba Khamenei sucedeu o pai, Ali Khamenei, morto em bombardeio nas primeiras horas da guerra, e desde então não é visto em público. A nova nota diz que o bloqueio naval dos EUA “está fadado ao fracasso” e projeta a vitória do Irã. “Dois meses após a maior mobilização militar e agressão dos assediadores do mundo na região, e a vergonhosa derrota dos EUA, um novo capítulo se desenrola no Golfo Pérsico e no Estreito de Ormuz”, afirma o texto.

A mensagem foi reforçada, na rede social X, pelo presidente do parlamento, Mohammad Bagher Ghalibaf, que encabeçou a delegação iraniana na fracassada tentativa de negociações cara a cara com os EUA, no Paquistão, em meados de abril, e emerge

@realDonaldTrump/Truth Social

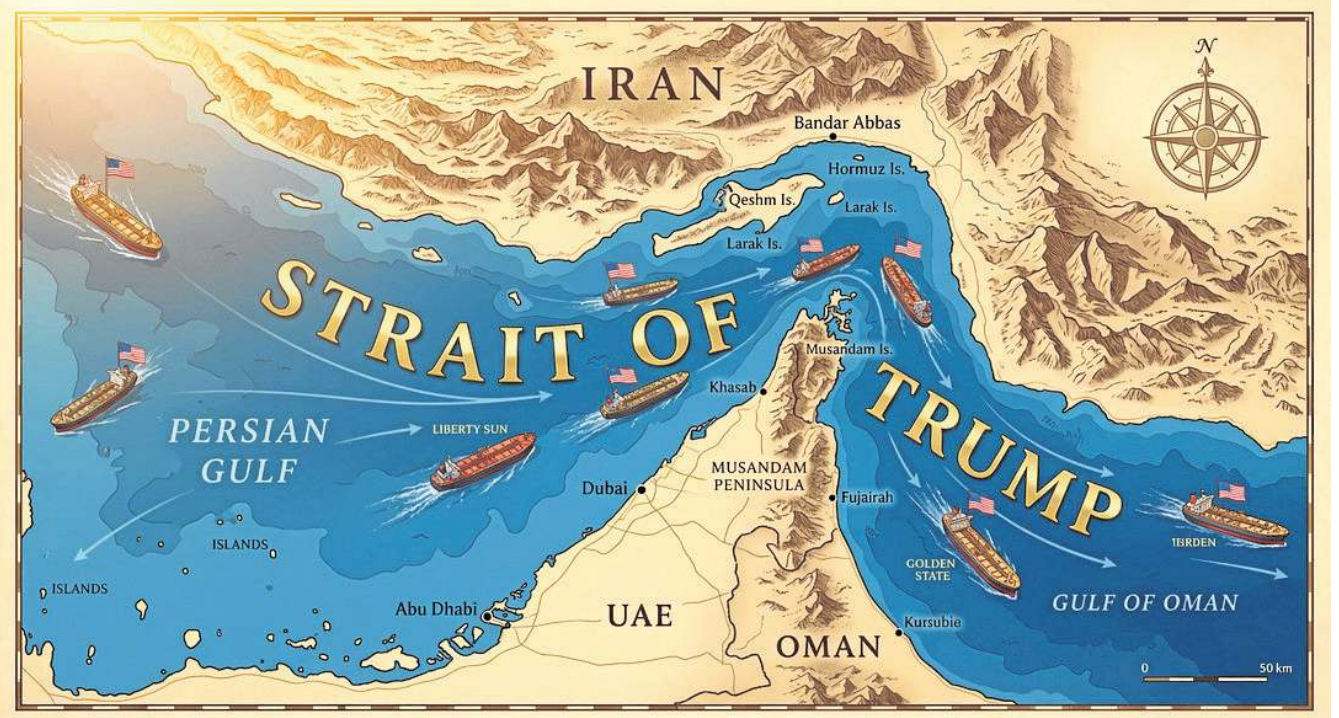


Imagem publicada por Trump na rede Truth Social: mapa redesenhado à própria imagem e semelhança

como uma das figuras centrais da nova liderança do país, que substituiu dirigentes mortos nos ataques dos EUA e de Israel. “Ao gerir o Estreito de Ormuz, o Irã garantirá para si mesmo e para os vizinhos um futuro livre da presença e da interferência dos EUA”, escreveu Ghalibaf.

Pressão no Congresso

Trump voltou a confrontar a oposição democrata, que, embora minoritária, fez nova tentativa de invocar a Lei Sobre

Poderes de Guerra para exigir da Casa Branca um pedido de autorização para seguir com as operações militares no Oriente Médio. O texto legal permite que o presidente recorra às Forças Armadas, sem consulta ao Legislativo, quando entender que o país está sob ameaça iminente de ataque. Passados 60 dias, porém, ele deve solicitar uma declaração formal de guerra, ou pedir um prazo adicional de 30 dias — mas apenas para proceder à retirada das tropas do cenário de combates.

A minoria opositora invocou o dispositivo

repetidas vezes, no atual mandato de Trump. A última delas foi barrada ontem, no Senado, pela maioria governista, sob a alegação de que a contagem do prazo de 60 dias estaria interrompida desde 8 de abril, quando EUA e Irã anunciaram um cessar-fogo — com duração inicial de 10 dias, mas prorrogado por tempo indeterminado. “Eles (os democratas) voltam o tempo todo com essa coisa dos ‘poderes de guerra’”, disse o presidente. “Eu estou negociando um acordo com o Irã, mas toda semana, a cada três dias, eles vêm com essa conversa de acabar com a guerra.”

Israel intercepta flotilha com ajuda para Gaza

Omar Al-Qattaa/AFP



Palestinos exibem cartazes em apoio à navios abordados com ajuda humanitária

Governos europeus manifestaram “preocupação” e cobraram “respeito ao direito internacional” depois de Israel ter anunciado, ontem, que interceptou cerca de 20 embarcações que integram uma flotilha com mais de 50 barcos a caminho do território palestino da Faixa de Gaza. O chanceler Gideon Saar confirmou a detenção de 175 ativistas, que seriam “levados para a Grécia nas próximas horas”, após um acordo com o governo de Atenas. A abordagem foi executada entre a costa grega e a da ilha greco-turca de Chipre, em águas internacionais, e gerou protestos.

O governo espanhol, um dos quatro que têm cidadãos entre os detidos, enviou comunicação oficial a Israel na qual expressou “a mais veemente condenação pela detenção da flotilha”. As autoridades israelenses controlam todos os pontos de entrada em Gaza e foram acusadas pela ONU e por ONGs estrangeiras de impedir a entrada de bens no território palestino. As restrições, agravadas por dois anos de guerra entre Israel e o movimento palestino Hamas, deflagrada em outubro de 2023, resultaram em

uma grave escassez para a população de Gaza. Boa parte teve a moradia destruída e vive desde então em abrigos improvisados.

“Sequestro”

Durante a noite, integrantes da flotilha ‘Global Sumud’ haviam afirmado, no X, que algumas de suas embarcações haviam sido abordadas “por lanchas militares cujos ocupantes se identificaram como sendo de ‘Israel’”. De acordo com os relatos, os ocupantes das embarcações foram “apontados com lasers e armas de assalto semiautomáticas”, e os militares israelenses teriam ordenado “que se agrupassem na parte dianteira dos barcos e ficassem de quatro”.

Em entrevista coletiva, Yasmine Scola, uma das organizadoras da flotilha, que se encontra em um barco não interceptado até ontem, denunciou que os ativistas “foram sequestrados” por Israel. Ela garantiu que os barcos transportam para Gaza material escolar e alimentos.

As autoridades israelenses, no entanto, disseram ter encontrado nas embarcações

intercetadas preservativos e cocaína. Também afirmaram que os militantes “se divertiam” nas embarcações israelenses após a captura, e divulgaram imagens de pessoas fazendo rodas ou pirâmides humanas.

Segundo verificações realizadas pela agência de notícias France-Press, baseadas nos dados de navegação dos organizadores, os barcos foram interceptados na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da Grécia. Cerca de 30 continuavam ontem a caminho de Gaza, e a maioria se encontrava em águas territoriais gregas, ao sul de Creta.

A flotilha partiu nas últimas semanas de Marselha (França), Barcelona (Espanha) e Siracusa (Itália). Uma primeira tentativa de levar ajuda a Gaza, em 2025, com ativistas como Greta Thunberg e o brasileiro Thiago Ávila, foi interceptada. Os membros da tripulação foram presos e expulsos por Israel, que rejeitou ter praticado maus-tratos, como denunciado pelos ativistas.

A Faixa de Gaza, governada pelo movimento islamista palestino Hamas, está submetida a um bloqueio israelense desde 2007.

COLÔMBIA

Esquerda lidera as pesquisas

A um mês do primeiro turno da eleição presidencial na Colômbia, pesquisas de opinião confirmam o favoritismo do candidato da esquerda, o senador Iván Cepeda, apoiado pelo atual ocupante da Casa de Nariño, Gustavo Petro. Sondagem do instituto Guarumo, publicada ontem pelo jornal *El Tiempo*, mostrou Cepeda com 38% das intenções de voto, à frente do advogado de direita Abelardo de la Espriella (23,9%) e da senadora opositora Paloma Valencia (22,8%).

O filósofo e defensor dos direitos humanos, de 63 anos, confirmou o favoritismo apontado em pesquisas publicadas nas últimas semanas. O instituto Guarumo apurou, no entanto, um empate técnico, em eventual segundo turno,

entre Cepeda e De la Espriella. O candidato da esquerda perderia um tira-teima com Paloma Valencia, afilhada política do influente ex-presidente Álvaro Uribe (2002-2010).

Depois de chegar pela primeira vez ao poder no país em 2022, com Petro, a esquerda enfrenta uma nova prova eleitoral em um país atingido pelo aumento da violência. De la Espriella e Valencia são fortes críticos da política do presidente de negociar a paz com todos os grupos armados ilegais — uma iniciativa que, a quatro meses do fim do mandato, não avança. Guerrilhas esquerdistas remanescentes e grupos paramilitares de ultradireita desafiarão o processo de paz e continuaram operando graças às receitas do narcotráfico,

da mineração ilegal e da extorsão.

No fim de semana, rebeldes mataram 21 civis com explosivos, no ataque mais letal contra a população em décadas. De la Espriella e Valencia são críticos da “paz total” de Petro e prometem mão dura contra o crime, se chegarem à Presidência. A direita defende uma política de perseguição aos grupos armados como a que foi aplicada por Álvaro Uribe nos anos 2000, em parceria com os Estados Unidos.

Cepeda é filho de Jaime Cepeda, político do Partido Comunista assassinado nos anos 1990, depois de disputar uma eleição presidencial. Ele aposta em continuar as políticas sociais de Petro, que ordenou um aumento recorde do salário mínimo e ampliou os direitos dos trabalhadores.

Raul Arboleada/AFP



O presidente Gustavo Petro em campanha para eleger Iván Cepeda como sucessor